MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

HISTORIOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM SABER-PODER AFRICANO

MATHEUS AUGUSTO SOARES
Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB)
Pesquisador Associado do Grupo de Estudos e Pesquisa em Segurança Internacional (GEPSI-UnB)

RESUMO: Partindo de uma perspectiva crítica pós-moderna baseada na arqueologia do saber de Michel Foucault, tal trabalho se dispõe a fazer uma análise tangenciando a produção historiográfica sobre as relações internacionais da África, mais especificamente no concernente às teorias de relações internacionais baseadas no realismo, liberal-institucionalismo e no marxismo. Ao evidenciar a relação saber-poder negativa existente no domínio epistemológico dos estudos africanos afro-pessimistas, mostrar-se-á que uma das formas de resistência contra esse arranjo relacional de saber é por meio da utilização de uma perspectiva africanista sobre a África.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Pós-moderna, Michel Foucault, Historiografia Africana, Arqueologia do Saber, Perspectiva Africanista.

INTERNATIONAL RELATIONS HISTORIOGRAPHY: AN AFRICAN POWER-KNOWLEDGE

ABSTRACT: From a postmodern critical perspective based on the archeology of knowledge by Michel Foucault, such work is willing to do an analysis tangential to the historiography of the international relations of Africa, more specifically concerning the theories of international relations based on realism, liberal-institutionalism and marxism. By highlighting the negative power-knowledge relationship existent in the epistemological field of Afro-pessimist studies, this work will show that one of the forms of resistance against the relational arrangement of knowledge is throughout the usage of an Africanist perspective towards Africa.

KEYWORDS: Postmodern Historiography, Michel Foucault, African Historiography, Archeology of Knowledge, Africanist Perspective.

INTRODUÇÃO

A produção historiográfica sobre as relações internacionais da África, além de herdar espaço marginal no campo do saber, é elaborada, em sua maioria, a partir de uma perspectiva teórica *mainstream* – realismo, liberal-institucionalismo e marxismo. Os debates epistemológicos concernentes a tais teorias, destarte, sempre consideraram a África com o outro, como um ator coadjuvante, o passivo, o fraco, o dependente, aquele que deve ser salvo da falência econômica e política.

Iremos adiante, por meio de uma ferramenta analítica historiográfica pós-moderna – a arqueologia do saber de Michel Foucault – buscar identificar na produção historiográfica mais do que simplesmente interpretações da história africana, mas sim a produção científica como prática e exercício de poder e, logo, constituição de realidade. Enalteceremos, portanto, a dinâmica saber-poder tocante aos estudos africanos.

Apresentados os resultados reais e materiais originados de uma produção de saber afro-pessimista, afirmaremos a posteriori a urgência de se produzir e valorizar trabalhos estruturados a partir de uma ótica de resistência, por exemplo por meio de uma "perspectiva africanista"[1], de modo a forjar um *locus* de resistência historiográfico que possa ser eficaz o bastante para fazer frente à corrente afro-pessimista das relações internacionais. Tal resistência pode se dar no domínio epistemológico, mas sua ruptura se estenderá também para a relação saber-poder existente hoje e que incide no continente africano.

Por fim, nossa proposta aqui não é a de impedir a produção de saber sobre a África, mas sim de tentar evidenciar os perigos presentes na reprodução de saberes africanos baseados em teorias *mainstream*, visto que seus impactos transcendem a *episteme*, recorrendo ao real de igual maneira. Em suma, o que se espera dos propagadores da ciência é cautela, uma vez que saber é poder.

[1] A perspectiva africanista remete à análise de uma história da África que tenha como ponto de partida seu interior, o próprio continente, considerando o povo africano como sujeito e protagonista de sua história, e não meramente como objeto. Tal perspectiva será melhor explicada na seção 3.1.

HISTORIOGRAFIA MODERNA VERSUS HISTORIOGRAFIA PÓS-MODERNA

A queda A historiografia das relações internacionais sobre a África, conformada pela produção de saber científico dentro do campo epistemológico das Relações Internacionais, deve ser analisada criticamente, em seus pormenores, somente após a compreensão do conceito de 'historiografia' per se, e seu corrente debate entre o modernismo e o pós-modernismo, visto que será a escolha entre uma ou outra abordagem que nos conduzirá frente a análise aqui proposta.

A historiografia pode ser definida como o estudo a respeito da escrita da história, ou melhor, como o estudo a respeito da produção de saber historiográfico em determinado campo de conhecimento, cujas resistentes ideias em confronto ganham uma reprodução material de positivação vasta – livros, artigos, monografias –, constituindo e configurando, portanto, o infinito caminho da historiografia (BENTLEY, 2005; SCHAFF,1987). De acordo com Furay e Salevouris, "quando se estuda 'historiografia', não se estuda diretamente os eventos do passado, mas sim as mutáveis interpretações daqueles eventos a partir do trabalho de historiadores" (FURAY & SALEVOURIS, 1988, p. 223, Tradução Nossa). Nem a própria historiografia, entretanto, resiste aos debates inerentes à epistéme[2], estando ela inserida no debate entre a historiografia moderna e a historiografia pós-moderna (GIANNATTASIO & IVANO, 2011).

O entendimento de 'historiografia moderna' é sintetizado por Giannattasio e Ivano a partir de sete pilares epistemológicos principais, tais quais:

> 1 – pela não ruptura entre a linguagem e o mundo, ou entre as palavras e as coisas, ainda que, a epistemologia moderna não recorra a pura e simples identificação entre linguagem e o mundo, ela pressupõe, de alguma forma, uma identificação entre o original (o mundo, o real ou o passado) e a cópia (a história). Trata-se de uma historiografia da representação;
> 2 – pela busca da verdade (integral, parcial ou cumulativa); veracidade e verossimilhança ou dos consensos (verdades socialmente aceitas);
> 3 – pela transcendência do método e dos sistemas de avaliação que alimentam da vocação para a universalidade;
> 4 – pela ênfase no papel que a história pode desempenhar nos processos de julgamento, a história como tribunal;
> 5 – pela capacidade do conhecimento em representar o objeto estudado integral ou parcialmente;
> 6 – pela valorização da prova, das evidências em detrimento das interpretações;

[2] *Episteme*: forma/domínio do conhecimento (PARRY, 2014).

> 7 – pelo uso de estruturas narrativas explicativas (GIANNATTASIO & IVANO, 2011, pp. 13-14).

A historiografia, que há tempos se aventurava nos domínios da mitologia, literatura, depois economia política, psicologia das massas e sociologia, acaba ganhando força no domínio da historiografia moderna positivista, determinista e materialista, sobretudo a partir das contribuições de Kant a respeito da "verdade transcendental"[3] (KANT, 2010), esta que acaba por gradualmente solapar qualquer tipo de explicação baseada no misticismo, crença ou superstição – instrumentos historiográficos legítimos dos séculos XV e XVI (HESSEN, 1980).

A historiografia pós-moderna, considerada a resistência à historiografia moderna, ganha notoriedade a partir de Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger, ambos críticos da ciência logocêntrica[4] instituída por Platão, e corroborada por Kant (ANKERSMIT, 1989; NIETZSCHE, 1997). A questão não é se devemos nos lembrar da história como ela foi, mas sim *como* devemos lembrá-la, no sentido *perspectivista* do termo, de maneira a utilizá-la da melhor maneira (NIETZSCHE, 1997). Em nova referência à Giannattasio e Ivano, a argumentativa dos autores é de que a historiografia pós-moderna se manifesta por meio de duas condições *sine qua non*:

> 1 – pela compreensão de que todos nós, humanos, somos produzidos pela linguagem, antes de sermos produtores dela;
> 2 – pela exigência de um domínio, cada vez maior, que o historiador deve ter sobre seu discurso (GIANNATTASIO & IVANO, 2011, p. 15).

Não obstante tal critica pós-moderna, cujo objetivo é desqualificar qualquer pretensão epistemológica universal, a historiografia pós-moderna acabou ganhando outros rumos, extrapolando a crítica nietzschiana e ganhando um caráter

[3] O idealismo/verdade transcendental, teoria do conhecimento de Kant, pautava-se no racional – dando ênfase na faculdade da razão –, no psicológico – considerando a sensibilidade humana de percepção dos objetos –, e no ontológico – o objeto a ser analisado, o ser real. A força dinâmica deste tripé sustentador do conhecimento (racional, psicológico, ontológico) é a correlação existente entre o objeto e o sujeito. Este dualismo se projeta na tentativa de o sujeito alcançar o entendimento da imagem que é projetada pelo objeto, logo, transcendendo esse objeto em busca de uma verdade (HESSEN, 1980).
[4] O logocentrismo, conceito cunhado por Derrida, está associado a uma ciência baseada no racional e que pretende ser universal. Logocentrismo nada mais é do que a centralidade do logos, ou seja, a centralidade das ideias, das palavras que, ao serem positivadas e materializadas, ganham caráter de verdade definitiva – no sentido absolutista e universal. De acordo com Derrida, esse "imperialismo do logos" não passa de um etnocentrismo mascarado de verdade transcendental – à la Kant (DERRIDA, 1976).

de nova ferramenta metodológica em favor da ciência. Destarte, pode-se afirmar que a historiografia pós-moderna

> (...) Não rejeita a historiografia científica, mas somente chama a atenção para o círculo vicioso modernista, que gostaria de nos fazer crer que nada existe fora dele. Fora dele, porém, estão todos os domínios de significado e propósito histórico (ANKERSMIT, 1989, p. 133).

Portanto, a historiografia pós-moderna se distancia e se diferencia da historiografia moderna positivista no sentido de evitar as metanarrativas, ou seja, os discursos científicos universais e encharcados de "verdades transcendentais e racionais". A historiografia pós-moderna se esforça em analisar essas verdades à distância, não aceitando seus normativismos, mas sim evidenciando que a história também é criada a partir de "jogos de verdade". Em suma, enquanto a historiografia moderna positivista – chamada por Nietzsche de "vontade de nada" – tem pretensão de ser neutra, considerando-se apenas espelho da realidade e com poder de descrever e constatar, a historiografia pós-moderna considera o poder da linguagem, do discurso e da produção de saber de autorizar ou desautorizar, construir ou destruir.

Isso posto, a proposta deste trabalho é o de fazer uma análise crítica a respeito das relações internacionais da África a partir de uma perspectiva historiográfica pós-moderna, buscando trazer à superfície discursos, práticas discursivas e produção de saber africano no geral, de modo a evidenciar tais instrumentos científicos como práticas e exercícios de poder. Em específico, empregaremos a perspectiva de análise historiográfica de Michel Foucault, a Arqueologia do Saber, para que possamos salientar essa relação saber-poder no domínio africano.

ARQUEOLOGIA DO SABER

> A história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros […] Em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos (FOUCAULT, 2009, p. 8).

O método analítico da arqueologia do saber de Foucault é consoante com as ideias contidas nos respectivos livros do autor: História da Loucura na Idade Clássica (1997), Nascimento da Clínica (1980), As Palavras e as Coisas (2000) e A Arqueologia do Saber (2009). O referente método foucaultiano tem como espinha dorsal a

faculdade de sempre considerar o indivíduo tanto como sujeito da produção de saber, quanto objeto deste mesmo saber, de maneira concomitante e simbiótica (DREYFUS & RABINOW, 1995). Grosso modo, o que Foucault busca evidenciar é a relação saber-poder, onde não há poder sem produção de saber, e no qual, da mesma forma, o saber também se pauta pela realidade observada, ou seja, pelas dinâmicas de poder existentes no real (FOUCAULT, 2000). Foucault clarifica seu raciocínio durante sua obra Vigiar e Punir, sintetizando que:

> Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de "poder-saber" não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em redação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 1999, p. 31).

A preocupação deste método não mais é voltada para a *episteme*, logo, não há um esforço de interpretação frente ao conhecimento produzido no interior de cada campo epistemológico; o que há, de fato, é uma análise da exterioridade dos sistemas epistemológicos, o que se traduz em uma interpretação dos discursos a partir de suas regras de formação. A arqueologia do saber tem como objeto de estudo não a ciência, mas sim as formações discursivas que definem um saber específico (FOUCAULT, 2009; MACHADO, 1982). Enquanto a ciência busca legitimar certos discursos, a arqueologia se empenha em interrogar a condição de existência desses discursos. Sendo a arqueologia do saber uma análise dos discursos, nos resta o aprofundamento a respeito da compreensão do conceito 'discurso', a partir de Foucault. O discurso, portanto, pode ser entendido como um conjunto de modalidades enunciativas – livros, artigos, palestras, entrevistas, planos de ação – que se relacionam entre si, produzindo conceitos e objetos específicos a sua determinada temporalidade histórica, o que culmina na construção de um certo tipo de realidade (FOUCAULT, 1997). Em suma, de acordo com Judith Revel, comentadora de Foucault,

> (...) A ordem do discurso, própria a um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas (REVEL, 2005, p. 37).

O discurso adquire sua característica de mecanismo de poder a partir de suas faculdades de 'exclusão', 'separação' ou 'rejeição' e a 'vontade de verdade'[5]. O que essas faculdades têm em comum é nos mostrar como regras discursivas conformadoras de saber trazem em si o "tabu ao objeto" – pois não se pode falar de tudo –, o "ritual da circunstância" – pois deve haver a circunstância correta para tratar de determinados objetos –, e o "direito privilegiado ou exclusivo da fala" – pois nem todos têm legitimidade para falar sobre determinados objetos. Ademais, esse sistema discursivo gera "verdades" que passam a ser incontestadas e que têm poder de excluir outros discursos "não verdadeiros" para aquele período histórico (FOUCAULT, 2012). Exclusões, interdições, regulações discursivas, serão as responsáveis por moldar toda uma forma de pensar e de produzir saber temporalmente, além de poder dar legitimidade discursiva para instituições específicas – Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (ONU), Revista Foreign Policy – pessoas em posições privilegiadas – professores especialistas, pessoas inseridas em instituições notórias, psiquiatras – e práticas de governabilidade – políticas anti-imigração, *peacekeeping operations*, tratados armamentistas. É frente ao que foi supracitado que Foucault profere a afirmação de que,

> A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012).

Eis, portanto, a análise historiográfica pós-moderna que utilizaremos nas próximas seções: a arqueologia do saber, esta que será responsável por nos ajudar a identificar os discursos que conformam uma produção de saber sobre a África, e como tal saber sustenta práticas de poder sobre a própria África, afetando-a diretamente.

HISTORIOGRAFIA DA ÁFRICA

[5] Segundo Foucault, os sujeitos estão incessantemente desejando encontrar o discurso verdadeiro e legítimo.

"Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça"

- Proverbio Africano.

De imediato, chamo atenção para os grandes debates epistemológicos de relações internacionais a respeito da África, que sempre a consideraram como o outro, como um ator coadjuvante, o passivo e dependente de ajuda externa. Até mesmo as perspectivas mais radicais, que se colocaram contrárias ao realismo e liberal-institucionalismo das Relações Internacionais e a favor das análises dos subdesenvolvidos (marxismo, subimperialismo), tendem a tratar a África como o outro (DUNN, 2001). O objetivo desta seção é o de, por meio da arqueologia do saber, trazer à superfície os discursos que compõem o saber africano nas Relações Internacionais, evidenciando suas faculdades de 'exclusão', 'separação' ou 'rejeição' e a 'vontade de verdade', além de destacar seu papel enquanto poder modular.

De acordo com Carlos Lopes (1995), a produção historiográfica sobre a África que carrega um viés da África secundária, atrasada e fraca, teve seu auge entre 1880 e 1950, sendo conhecida como a "Corrente da Inferioridade Africana". Definida também como "periférica" ou "visão ocidental", tal corrente se constituiu cerca de uma perspectiva eurocêntrica, onde toda a análise feita era antes baseada de maneira relacional às práticas europeias. Objetivação da África está no cerne desta corrente, visto que os saberes produzidos a respeito da África durante essa época tendiam a inferiorizar o modus vivendi africano, de modo a legitimar a imposição de valores sócio-culturais europeus. A África, ou melhor, o outro, era vislumbrado como o povo atrasado, demandante de ajuda externa e de um processo civilizatório (LOPES, 1995). A "corrente da Inferioridade Africana" pode ser traduzida, outrossim, como a tentativa de europeização da África, algo que não se limitou ao campo do saber, mas também se projetou na realidade, por meio de políticas de intercâmbio acadêmico de líderes africanos, institucionalização africana aos moldes europeus, exportação de produtos europeus et cetera (MENESES, 2006). Produtores dessa historiografia não se limitam aos europeus ou americanos, visto que esta perspectiva "de fora para dentro" também foi muito aceita por diversos africanos, majoritariamente aqueles com maior contato externo (MBEMBE, 2002). A relação saber-poder, percebe-se, está manifesta neste

cenário, cujos enunciados mais fortes se voltam para a “Corrente da Inferioridade Africana”.

A inferioridade, secundarização e objetivação do saber africano também transbordou para o domínio específico das Teorias das Relações Internacionais, outra formação de práticas discursivas patente. As teorias de Relações Internacionais, ao menos as *mainstream*, tendem a conceder espaço marginal para o continente Africano. Seu discurso é voltado para um estadocentrismo racional e objetivo, onde fatores culturais são depreciados em favor da economia, da política e do macro poder. Por um lado, há a ‘realpolitik’, com suas raízes em Tucídides, Thomas Hobbes, Hans Morgenthau, entre outros, e se respalda na ideia dos princípios pessimistas e competitivos do homem, que por sua vez se projetam em um sistema internacional anárquico, estadocêntrico, no qual as *capabilities*, interesses nacionais e alianças ditam o arranjo internacional, em meio a um dilema de segurança permanente (COHEN, 1975). Por outro lado, há a escola liberal, apologética à importância da internacionalização dos fluxos de capital, da cooperação e interdependência econômica, do cosmopolitismo, dos direitos universais, da democracia e dos regimes jurídicos internacionais, sempre com um viés estadocêntrico (CASTRO, 2012).

O discurso *mainstream* supracitado, que conduz a produção de saber nas Relações Internacionais desde o século XX, necessariamente cria regras enunciativas que interditam e excluem o saber legitimo africano que se opõe ao modelo estatal Westfaliano, que nega os fluxos de internacionalização como papel central, que apreende o poder como algo micro e intra-societal, que tem a herança cultural como elemento primário para debater as relações internacionais. Por conseguinte, a perspectiva africanista per se, chamada por Carlos Lopes de “corrente da pirâmide invertida”, e cujo objetivo é o de se opor aos enunciados *mainstream* que distorcem a realidade africana, acaba se enfraquecendo, não encontrando espaço no campo epistemológico das relações internacionais para se avigorar.

Teorias alternativas ao discurso *mainstream* escolheram se aventurar na via do desenvolvimentismo, cuja proposta seria a de contemplar o mundo a partir de uma ótica dos países subdesenvolvidos, e contrapor-se ao modus operandi capitalista atual que dinamiza o sistema internacional. Tais arcabouços teóricos, muito influenciados

pelos manuscritos marxistas, se dividiram em teóricos marxistas das relações internacionais, cepalinos, keynesianos, dependentistas, estruturalistas e teóricos do subimperialismo. Essas perspectivas teóricas são consoantes majoritariamente no que tange sua abordagem ontológica, a de identificar inerente ao capitalismo dois agentes diferentes: os "países centrais" e os países "periféricos" ou "periferia mundial". A justaposição desses enunciados, ao analisar o povo africano a partir de uma perspectiva estrutural, acaba caracterizando-os como "periféricos", "atrasados" e "subordinados aos países centrais", além de criar uma noção de que o sucesso de um Estado deve, inevitavelmente, remeter ao modelo de desenvolvimentismo ocidental (DUNN, 2001).

O cientista político camaronense Joseph Achille Mbembe (2002), durante seu trabalho "African Modes of Self-Writing", elenca quatro características para os pensamentos marxistas/nacionalistas africanos, cujo núcleo central se baseia no culto à vitimização. Sua primeira crítica recai a falta de auto-reflexão africana que existe nas correntes marxistas, visto que elas se tornam somente um instrumento da ciência para absorver mais povos a uma luta contra o capital, mas cujos valores morais e a ideia de revolução já é dada de fora, sem haver uma perspectiva africanista[6]. Em segundo lugar, ocorre a reificação de uma visão histórica onde a África é inferiorizada e vista como um ator vítima no sistema internacional, reduzido a processos de constante subjugação. As forças determinantes que comporiam sua história se deslocam do incomparável campo sócio-cultural africano, para o campo das forças econômicas. Mais uma vez, a perspectiva africanista é calada pelo enunciado que reclama o capital e o trabalho como únicos determinantes de importância analítica na história. A terceira crítica a esse pensamento incide sobre a suposta crença de que o único meio para atingir a emancipação universal é por meio da constituição de uma identidade e conscientização de classes, o que por sua vez esfacela qualquer possibilidade de constituição de multiplicidades sócio-culturais de exercício de poder. Esse mecanismo deslegitima qualquer outro pensamento que seja norteado por crenças ou tradições multifacetadas. Por fim, a quarta característica que emerge dos pensamentos marxista-nacionalistas é a de resistência contra as atrocidades do

[6] Perspectiva africanista será melhor explicado na seção 3.1.

Ocidente, contudo, sempre a partir de valores já impostos e a partir de uma posição de um povo vitimizado e marginalizado (MBEMBE, 2002). Em síntese,

> Essa construção de história leva a uma atitude inocente e acrítica no que concerne as chamadas lutas de liberação nacional e os movimentos sociais; uma ênfase na violência como via privilegiada para a auto-determinação; o fetichismo do poder estatal; a desqualificação do modelo liberal de democracia; e o sonho de sociedade de massa populista e autoritário (MBEMBE, 2002, pp. 243-244, Tradução Nossa).

No concernente aos discursos tradicionais supracitados – desde as produções de saber referentes ao realismo, liberalismo até o estruturalismo – foi possível observar como o continente africano, em sua totalidade, ganha caráter ontológico de ator passivo, coadjuvante, ou seja, de povo sem história. É constantemente visto como aquele sem Estados grandes e fortificados – aos moldes westfalianos – para exercer seu macro poder nas relações internacionais, aquele que não atingiu o sucesso econômico e político por falta de instituições democráticas vigorantes, aquele que passou toda sua história sendo vítima dos países desenvolvidos, sendo o dominado e o objeto de exploração.

Apresentados os discursos que constituem a historiografia das relações internacionais sobre a África, torna-se mais fácil tentar mostrar a relação saber-poder que ocorre neste processo. Como visto anteriormente, essa produção de saber sobre a África que vigora no domínio da *episteme* cria suas próprias regras de interdição, exclusão, vontades de verdade, o que, de acordo com a arqueologia do saber, cria uma dinâmica de poder vinculada diretamente ao real.

O cenário pós-colonialista torna patente tal dinâmica saber-poder, visto que o objetivo último dos movimentos sociais africanos, liderados por intelectuais já europeizados ou americanizados – conhecidos por “líderes made in the USA” – era o de consolidar e delimitar o Estado-Nação, aos moldes westfalianos. Esse modelo de Estado, contudo, não corresponde às realidades locais, étnicas nem sócio-culturais dos povos africanos. A delimitação de território – considerada como a “independência dos povos africanos contra a dominação” – que ocorreu em massa durante o pós-colonialismo foi pautado, portanto, nos moldes de seus antigos colonizadores, ou seja, a partir de determinismos econômicos e de recursos naturais (KASANDA, 2002).

As instituições internacionais aparecem, ademais, como prejudiciais ao desenvolvimento africano. É notória a massiva produção de saber, baseada em discursos das teorias das relações internacionais, que enaltecem o sistema liberal institucional ocidental. Instituições, tais quais o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), enfraquecem a soberania dos Estados africanos, exigindo-os a adoção de políticas neoliberais via ajustes estruturais de abertura de mercado e medidas econômicas austeras em troca de empréstimos para pagamento de dívidas. Neste contexto, insere-se a ideia de governabilidade, que nada mais é do que a reforma dos Estados conforme as medidas neoliberais creditadas pelas instituições internacionais (KI-ZERBO, 2006; KASANDA, 2002).

A tentativa de conformar um conceito universalizável sobre progresso e sobre prospecção econômica, deve, também, ser criticado a partir de uma análise arqueológica do saber-poder. Ambos os conceitos fazem peso importante nas teorias que bebem do marxismo. Segundo Claude Lévi-Strauss (1976), a sedutora e perigosa noção construída pelo ocidente de progresso contínuo e necessário tem a única função discursiva de elencar ganhadores e perdedores, de identificar os socioeconomicamente avançados e os atrasados, de hierarquizar povos sob uma linha temporal linear. Lévi-Strauss, portanto, assevera que,

> O "progresso" não é nem necessário nem contínuo; procede por saltos, ou, tal como diriam os biólogos, por mutações. Estes saltos não consistem em ir sempre mais longe na mesma direção; são acompanhados por mudanças de orientação, um pouco à maneira dos cavalos do xadrez que têm sempre à sua disposição várias progressões mas nunca no mesmo sentido. A humanidade em progresso nunca se assemelha a uma pessoa que sobe uma escada, acrescentando para cada um dos seus movimentos um novo degrau a todos aqueles já anteriormente conquistados, evoca antes o jogador cuja sorte é repartida por vários dados e que, de cada vez que os lança, os vê espalharem-se no tabuleiro, formando outras tantas somas diferentes. O que ganhamos num, arriscamo-nos a perdê-lo noutro e é só de tempos a tempos que a história é cumulativa, isto é, que as somas se adicionam para formar uma combinação favorável (LEVI-STRAUSS, 1976, p. 9).

A ideia de prospecção econômica é norteada pelos mesmos princípios ocidentais, proferindo que a emancipação dos povos virá a partir de um desenvolvimento econômico industrial, e por meio de aperfeiçoamento tecnológico. Contrário ao determinismo econômico ocidental, Serge Latouche exprime que,

> A aparente prosperidade econômica é talvez muito mais vulnerável do que parece e esconde uma ameaça de catástrofe ecológica e societária. As

> doenças mentais, as epidemias de estresse, a violência e a insegurança nas periferias, o uso massivo de drogas, a solidão dos excluídos, e também os altos índices de suicídio são sintomas evidentes do mal-estar da civilização (LATOUCHE, 2004, p. 1).

Segundo Latouche, a perspectiva pela qual a África é avaliada quando se produz saber a respeito dela é de uma África pobre, subdesenvolvida, atrasada e escrava de uma economia ainda informal. A economia africana de débrouille[7], contudo, é um modus vivendi africano único e vernacular, com o "espírito do dom e as lógicas da reciprocidade". É um estilo de vida que preza pelo bem-estar da comunidade, que busca enrijecer os laços solidários entre membros familiares (fortes relações neo-clânicas de parentesco), que toma o domínio cultural e social como fatores primários, e que se realizam a partir de suas próprio auto-organizações sociais. Assim, "a economia e o desenvolvimento são conceitos etnocêntricos que não correspondem à interpretação das práticas do débrouille, nem ao imaginário africano" (LATOUCHE, 2004, p. 5). A palavra "desenvolvimento", na maior parte das sociedades africanas, não tem nem equivalente de significado (LATOUCHE, 2004).

Face aos conceitos trazidos à superfície de progresso e de prospecção econômica, fica notório como a produção deste tipo de saber que passa a ser imposto sob a sociedade africana tem impacto direto no real. Essa relação saber-poder, que se manifesta a partir de instituições, líderes "made in the USA" ou mesmo migrantes, tem ganhado força suficiente para gradualmente tentar solapar o modo de vida dessas sociedades neo-clânicas, prometendo em troca a "nova economia" do progresso. Prometeram aos africanos uma nova África, a África da prosperidade econômica e política, mas, segundo Latouche, entregaram outra África:

> A África oficial, a África das independências, entrou em falência econômica e política. Falência econômica: menos de 2% do PNB mundial, o equivalente ao PIB da Bélgica ou das 15 maiores fortunas do planeta... Falência política: golpes de Estado, guerras civis, corrupção, genocídios, etc. Tudo isso constitui a fonte para o Afro-pessimismo. Entretanto, se esta constatação do fracasso é unânime, inclusive para os intelectuais africanos, é a prova do fracasso da África oficial. É o fracasso da ocidentalização (e a globalização é apenas a continuação do mesmo processo), isto é, **fracasso do mimetismo econômico e político**. Felizmente existe uma "outra" África. A sobrevivência de 600 a 800 milhões de náufragos é um milagre. A outra África é a África das savanas, das florestas e das aldeias, a África dos subúrbios e dos bairros populares. Em suma, é a África da "sociedade civil", a África das reuniões

[7] Economia de Debrouille pode ser traduzida por: economia do "se virar", ou economia informal nos moldes africanistas (LATOUCHE, 2004).

> nacionais. Uma África bem viva, capaz de se auto-organizar diante da penúria e de inventar a verdadeira alegria de viver (LATOUCHE, 2004, p. 11, Grifo Nosso).

O mimetismo econômico e político o qual Latouche chamou de a "África Oficial", das falências políticas e econômicas, foi denominado pelo pensador malinês Amadou Hampâté Bâ de "África de Base":

> Os jovens líderes "modernos" governam, com mentalidades e sistemas de lei, ou ideologias, diretamente herdados de modelos estrangeiros, povos e realidades sujeitos a outras leis e com outras mentalidades. O resultado é que a população, até então governada segundo costumes sagrados que, herdados de ancestrais, asseguravam a coesão social, não compreende por que está sendo julgada e condenada em nome de um "costume" que não é o seu, que não conhece e que não corresponde às realidades profundas do país. O drama todo do que chamarei de "África de Base" é o de ser frequentemente governada por uma minoria intelectual que não a compreende mais, através de princípios incompatíveis com a sua realidade (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, pp. 216-127).

Portanto, frente ao que foi exposto durante esta seção, é possível identificar como os discursos contidos nas historiografias das relações internacionais da África compõem regras de formação enunciativas que, além de atribuir suas próprias definições ontológicas e moldar a seu bel prazer os campos epistemológicos, ainda exercem poder de exclusão e rejeição de outros discursos. A análise arqueológica desses discursos, pois, nos ajudou a evidenciar a dinâmica saber-poder que se constitui no cerne dessa produção historiográfica. A produção de saber afro-pessimista, que ganha força via "Corrente da Inferioridade Africana", se imiscui em redes capilares de poder por meio de instituições internacionais, líderes africanos, próprios povos africanos, e se consolidam moldando a realidade do continente africano. Em contrapartida, os discursos da perspectiva africana, que se opõe a essa corrente, não conseguem ganhar força suficiente para consolidar sua resistência, isso devido às regras de formações enunciativas que servem para afastá-las e interditá-las. Eis que na próxima seção tentaremos evidenciar o lugar da historiografia africana como forma de resistência de poder.

HISTORIOGRAFIA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA: UMA PERSPECTIVA AFRICANISTA

A forma de resistência proposta aqui é pensada a partir da própria produção de saber. Ora, visto a indubitabilidade da relação saber-poder no campo da historiografia africana, é fundamental dedicar-se a, primeiramente, trazer à superfície e expor todas as práticas discursivas existentes que de certa forma moldam a história africana, tanto seu passado quanto seu futuro, para que, posteriormente, possa haver empenho em direção a um rearranjo das formações de regras discursivas. Deve-se resistir a tais regras discursivas que, como já visto, interditam certos discursos, separam outros, hierarquizam verdades e excluem pensamentos que não lhes convém. A resistência, destarte, deve emergir a partir de uma virada epistemológica, ou seja, a partir de produção de saber que não mais seja unilateral, essencialista e impositiva e que não mais considere o africano como sujeito ontológico inativo e objetificado frente ao Ocidente do progresso. Como exemplo de historiografia como resistência, apresentaremos como uma das alternativas a "perspectiva africanista", ou, pelas palavras de Carlos Lopes, de uma "corrente da pirâmide invertida" (LOPES, 1995).

Houve, em 1970, uma reunião em Addis Abeba, na Etiópia, promovida em prol da tentativa de se escrever uma História Geral da África, por meio de uma perspectiva africanista. A importância desta reunião se dá devido à tentativa que houve de debater e conceitualizar a chamada "perspectiva africanista", já discutida anteriormente no meio acadêmico. Dentre os participantes estavam: Akilulu Habte (Etiópia), Mohammed El Fasi (Marrocos), Abbé Kagame (Ruanda), J Franco (Cuba), Ki-Zerbo (Burkina Faso) e Hampaté Bâ (Mali), cujas contribuições se fizeram no sentido de identificar algumas características que comporiam uma "perspectiva africanista", além de se proporem a escrever, em conjunto com outros pensadores, a partir da UNESCO, uma História Geral da África que se oporia à corrente pessimista africana (BARBOSA, 2012). Dentre as características que definem a "perspectiva africanista" estão:

> a) o continente [africano] deve ser entendido como uma totalidade;
> b) a História Geral da África deve ser desde seu interior, partindo do próprio continente como centro de interesse, considerando os africanos como sujeitos e não meros objetos da história;
> c) O foco deve ser sobre a história das ideias e civilizações;
> d) A abordagem não pode ser dogmática, mas problemática, aberta, buscando o conhecimento atual sobre o assunto (UNESCO, 1970, p. 3, Tradução Nossa).

A perspectiva africanista sobre a África, ao dar ênfase em fatores internos da África em detrimento dos externos, ao tomar como ponto inicial o africano e não o europeu, ao ser fiel a uma tendência internalista, adquire clara pretensão de atuar como ruptura epistemológica. Consenso durante a reunião de Addis Abeba, a perspectiva africanista deve resistir à produção de saber que coloca o africano como objeto, pois, na realidade, eles são e devem continuar sendo os próprios sujeitos da construção de sua história (BARBOSA, 2012). Segundo Ki-Zerbo, tal perspectiva traz em seu cerne as faculdades de identidade, autenticidade e conscientização, com objetivo de reformular a corrente da historiografia africana de modo a modificar as regras e práticas discursivas e reconfigurar sua relação saber-poder.

Eis pois que a perspectiva internalista africana se sustenta a partir de três abordagens diferentes: regionalismo, difusionismo intra-africano e sujeito africano. A abordagem regionalista toma como elemento central o ecossistema local/regional africano e o desenvolvimento social, político, étnico e cultural do povo africano ali presente. Abordagem referente, portanto, a um internalismo regionalizado. O difusionismo intra-africano, por sua vez, busca construir a história africana de uma perspectiva interna ao continente, ou seja, antes de considerar quaisquer elementos exógenos ao continente, deve-se buscar compreender melhor como se dá a dinâmica africana, desde os movimentos migratórios, redes econômicas, importância do parentesco, hábitos sócio-culturais, práticas de troca et cetera. Os fatores determinantes à engrenagem da história africana não devem ser buscados a priori de fontes exógenas, mas sim de seu próprio cerne. O terceiro elemento, o sujeito africano, remete a interpretar a história africana a partir da ação política do sujeito africano, visão essa que pode ser muito útil em análises estruturais das relações internacionais (BARBOSA, 2012). Dentro do campo historiográfico africano, pode-se identificar alguns autores fiéis à perspectiva africanista, tais quais: Séverine Kodjo-Grandvaux (Costa do Marfim), Souleymane Bachir Diagne (Senegal), Léonce Ndikumana (Burúndi), Kwasi Wiredu (Gana), Joseph Ki-Zerbo (Burkina Faso), Amadou Hampâté Bâ (Mali), Achille-Mbembe (Camarões), entre outros.

Destarte, argumentamos aqui que a perspectiva africanista, que reclama a si as faculdades de identidade, autenticidade e conscientização, e que se pronuncia a

partir do regionalismo, difusionismo intra-africano e sujeito africano, pode ser considerada como instrumento de produção de saber que se converte em forma de resistência; resistência essa que se incorpora tanto a nível discursivo quanto a nível material, visto que, segundo o método arqueológico de Michel Foucault, discurso e poder não são duas entidades desmembráveis, sendo elas, na realidade, elementos igualmente importantes na dinâmica de constituição de realidade e de subjetivação do indivíduo.

Vale ressaltar, outrossim, que a perspectiva africanista exposta nesta subseção não deve ser considerada como a perspectiva "certa", ou "verdadeira" no sentido kantiano do historicismo moderno transcendental, posto que estaríamos em contraposição ao próprio método utilizado aqui: o da arqueologia do saber. Com efeito, considerando que todo saber necessariamente remete a um poder, a *episteme* africanista está tampouco isenta de produzir hierarquias, assimetrias e dispositivos de poder; contudo, apesar de sua lógica "saber-poder" também existir, tal perspectiva atua de um modo diferente das produções ocidentais que clamam um universalismo cientificista unilateral. Como ressaltado por Foucault, relações de poder não são impreterivelmente relações de dominação e opressão, visto que uma das características basilares do poder é ser produtivo. Ademais, a perspectiva africanista exposta acima não é o único modo de produção epistêmica africana que pode carregar o potencial de resistência, mas certamente tem como projeto interditar discursos opressivos, silenciadores, que objetificam os africanos frente a outros povos, os vitimizam e que insistem em subtrair de suas fórmulas científicas o elemento cultural africano. Em suma, longe de sermos apologéticos à um modelo essencialista e unilateral africanista, insistimos que não somente essa perspectiva pode ter pretensões de resistência, como outras também podem e devem fazer parte de um saber-poder pluriepistêmico que evita a inação africana e sua dominação.

Novos discursos que se impõem como resistência à historiografia *mainstream* dão espaço para narrativas históricas alternativas. Neste mesmo processo, o sistema de regras discursivas que antes imperava começa a se esfacelar lentamente, e o que era antes a verdade determinada pelo poder estatal, pelos fluxos de capital e pelo progresso socioeconômico e tecnológico, agora expande-se rumo a uma

reconfiguração de regras discursivas no domínio da *episteme* das relações internacionais sobre a África, permitindo, agora, uma abordagem pluriepistêmica que evidencia o povo africano como sujeito ativo e protagonista de sua própria história e da história das relações internacionais concomitantemente. Ao desvendar as falhas que o mimetismo político e econômico europeu trouxe à "África das independências", esses novos discursos, carregados de uma perspectiva africanista, inserem-se em uma dinâmica de saber-poder que intenta modificar a realidade do estadocentrismo e das democracias institucionais à la Ocidente.

PERSPECTIVA AFRICANISTA, PARA QUEM?

Finalmente, cabe nos questionar: perspectiva africanista, para quem? À quem cabe o encargo de produzir saber por meio da perspectiva africanista? Pode-se considerar legítimo a historiografia via perspectiva africanista se quem a escreveu foram não-africanos? Se um africano, cuja formação acadêmica se edificou na Europa ou EUA, produz historiografia africana, pode-se considerar ainda uma perspectiva africanista?

Os africanistas radicais, como Valentin-Yves Mudimbe (Congo), além de afirmarem que o processo de europeização dos intelectuais africanos é a última etapa de um processo estrutural da supremacia branca, ainda defendem que a única maneira da África reconquistar sua história é por palavras vindas dos próprios africanos, visto que qualquer produção de saber notório vindos de europeus significaria uma derrota para o povo africano (SMITH, 2008). Em contrapartida, os africanistas moderados, por exemplo Anyidoho (2006), Abebe Zegeye e Maurice Vambo (2006), acreditam que o saber africanista não deve necessariamente remeter ao sujeito africano, visto que o conhecimento deve ter alcance holístico, sem restrições de povos ou delimitações geográficas. Ademais, uma abordagem de produção de saber radical voltada somente para africanos nativos seria prejudicial, segundo os autores, para a contribuição acadêmica que pode haver entre ocidente e África. Segundo os africanistas moderados, o que deve ser explorado é a diversidade

de conhecimento gerado a respeito do continente africano, que é igualmente diversificado.

Isto posto, de acordo com toda a lógica e a matriz teórica seguida durante esse trabalho, defendemos que a perspectiva africana deve ser mobilizada por todos os agentes ativos do saber, independente de raça, religião ou delimitação geográfica, visto que a resistência deve ser projetada, primeiramente, à nível discursivo e epistêmico – via produção de historiografia de uma África protagonista – buscando modificar a relação saber-poder presente no continente africano. A ordem do discurso de fato busca interditar saberes vindos de certos lugares, em certas circunstâncias e proferidos por certos indivíduos que não dispõem do direito privilegiado da fala. Discursos proferidos em imensos congressos europeus, livros escritos por professores doutores vindos de Universidades renomadas da Europa e EUA, think tanks produzindo saberes deterministas sobre realidades da África, são todos parte das regras de interdição do discurso africanista. Contudo, é preciso ter em mente que ao evidenciarmos tais práticas discursivas e reclamar por uma nova perspectiva africanista, a resistência, independente de seu *locus* de origem, é articulada e a realidade africana transformada. Para falar de África, ou seja, "para descobrir um novo mundo, é preciso saber esquecer seu próprio mundo" (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 218). De uma mesma perspectiva, Barbosa acredita igualmente que a mudança deve vir a priori a partir de uma transfiguração nas regras discursivas relacionais ao domínio epistemológico dos estudos africanos, e não a partir do sujeito unicamente, pois,

> Esta definição da perspectiva africana (...) pode ser utilizada e refinada por pesquisadores de todo o mundo, independente de sua pertença nacional, étnico-racial ou mesmo ideológica. Afinal, o que a define é o comprometimento metodológico com uma percepção internalista e científica da África (BARBOSA, 2012, p. 49).

Assim, a crítica aqui feita vai menos em direção ao problema de quem fala, dando maior enfoque em como fala[8]. A crítica contra a historiografia africana das relações internacionais que fizemos até agora – apontando discursos vindos do realismo, idealismo, marxismo – buscou evidenciar uma relação de saber-poder

[8] Apesar de não aceitarmos a argumentativa de que apenas o conhecimento nativo deve ter autonomia para pensar e falar sobre si, ainda sim deve-se ter precauções a respeito de quem fala, visto que sempre haverá pessoas privilegiadas e mais reconhecidas para proferir certos discursos. Deve haver muito cuidado para não silenciar e interditar o discurso do nativo a respeito de sua própria história.

impregnada por um discurso unilateral, essencialista, universal, opressor e modelador do “Outro”. Em poucas palavras, a problemática trazida à superfície está menos preocupada com os sujeitos da relação “nós-eles” (Ocidente-África) que compõe a produção de saber pós-colonial, e mais preocupada com o modo como esse saber que relaciona “nós-eles” foi arquitetado e incide sobre a realidade.

Em resumo, seria ingenuidade acreditar que o conhecimento êmico (dos próprios sujeitos, no caso africanos) está isento de perspectivas coloniais, de dominação e de opressão. Conhecimento êmico não necessariamente remete a um conhecimento emancipatório. Do mesmo modo, seria ingênuo homogeneizar o pensamento ocidental e crer que “eles” sempre terão perspectivas coloniais frente ao continente africano. Como apontado por diversos autores dedicados aos estudos pós-coloniais – tais quais Edward Said, Mary-Louise Pratt, Paul Gilroy, David Scott, Frantz Fanon e Joseph-Achille Mbembe – existe uma dialética epistêmica onde tanto o imaginário do colonizado é influenciado pelo colonizador, quanto o imaginário ocidental também sofre introjeções e é modificado. Logo, ao voltarmos à questão inicial desta subseção: “à quem deve-se o encargo de produzir saber com caráter de resistência africana?”, argumentamos que este encargo deve ser aceito por quem quer que esteja disposto a empenhar-se na produção de saber africano não-essencialista, não-unilateral e não-opressor, que reconheça o sujeito africano como parte integrante e ativa da construção de sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos engajarmos na tarefa de fazer uma análise crítica a respeito da produção de saber das relações internacionais da África, julgamos que a melhor ferramenta analítica seria a arqueologia do saber de Michel Foucault, ou seja, a adoção de uma perspectiva historiográfica pós-moderna. O olhar arqueológico incorporado ao texto nos permitiu poder identificar quais discursos estão em evidência, à superfície do domínio epistemológico das relações internacionais da

África, conformando assim uma produção de saber específica, e como ocorre o exercício de poder sob o continente africano a partir desses mesmos discursos.

Observamos, ademais, a existência de uma ordem discursiva presente nessa dinâmica de produção de saber. Como visto na seção três, os discursos contidos nas teorias realistas, liberal-institucionalistas e nacional-marxistas, além de serem os mais salientados quando do tema das relações internacionais da África – devido a questões do tipo: quem fala, de onde fala, como fala – ainda servem como mecanismos de exclusão, separação, supressão de outros discursos inferiorizados. O exercício crítico ao qual esse trabalho se propôs, buscou ser fiel a dinâmica saber-poder apresentada por Foucault, evidenciando como os discursos sobre a África se tornam veículos produtores de poder, tanto de maneira opressora como na forma de resistência.

Pode-se verificar a existência de uma produção de saber com discursos afro-pessimistas, conhecida por “Corrente da Inferioridade Africana”, que serve de veículo para a produção de um poder africano que se exerce sob a égide de instituições internacionais, operações de paz, líderes africanos, acadêmicos “especialistas” em África, Organizações Não-governamentais com valores de conduta ocidental, et cetera. Esse poder se projetou a partir de uma estratégia que Mbembe chamou por “política de assimilação”, cujo objetivo era de “salvar” a África e de convertê-la para a sociedade civil, e cuja essência era de “desubstancializar e estetizar a diferença” dos nativos africanos (MBEMBE, 2002, p. 248). Como vimos anteriormente, a “África Oficial” ou “África das independências”, baseada no mimetismo político e econômico do Ocidente, falhou e vem falhado em suas práticas constantes – essas vinculadas ao saber produzido. O instrumento de resistência que levantamos como alternativa na seção 3.1. é o de rearranjar as regras discursivas que dinamizam a relação saber-poder, a partir da produção de nova historiografia pautada na “perspectiva africanista”. Contudo, como já exposto, essa abordagem é apenas uma das possibilidades de se atuar epistemologicamente via resistência, dada a importância do pluriepistêmico.

Ademais, importante ressaltar que esse artigo está longe de esgotar as infindáveis críticas e questões que ainda orbitam no campo de estudos pós-coloniais. A exemplo disso, vale citar algumas questões que merecem maior atenção: é possível

pensarmos a África como totalidade, pensar em um “african self”, assim como propõe a perspectiva africanista que é utilizada nos livros da “História Geral da África”? Como devemos abordar as contradições, assimetrias e imposições que ocorrem entre os próprios Estados pós-coloniais? Qual o papel das minorias étnicas nos discursos oficiais dos Estados independentes (ex: Angola, Moçambique, etc.)? Como trabalhar com uma metodologia arqueológica, cujos documentos, teorias e discursos escritos oficiais são basilares e essenciais quando se está estudando comunidades africanas que culturalmente estão vinculados ao poder da oralidade?

Concluímos, pois, que ao invés de nos empenharmos em “reformar” uma África amaldiçoada, se não deveríamos “reformar” uma historiografia das relações internacionais amaldiçoada. Reforma essa justamente importante pelo fato de que pode-se notar que a historiografia transcende seu simples papel de escrever o passado de acordo com certas interpretações, representando, na verdade, exercício de poder e instrumento necessário para a constituição de uma África autônoma, empoderada e sujeito de sua própria história. A perspectiva africanista, por fim, pode ser uma opção para tal tarefa, de interpretar a África e criar realidades compatíveis com o modus vivendi do próprio continente; contudo, é preciso que intelectuais comprometidos com os estudos africanos abandonem sua ótica ocidental eurocêntrica já viciada, e adote uma ótica internalista fiel aos africanos. Como bem recitado por Tierno Bokar, sábio de Bandiagara,

> Se queres saber quem sou,
> Se queres que te ensine o que sei,
> Deixa um pouco de ser o que tu és,
> E esquece o que sabes (apud HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 218).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKERSMIT, F. R. *Historiografia e Pós-modernismo*. History and Theory, v. 28, 1989.

ANYIDOHO, N. A. Identity and knowledge production in the fourth generation. In: BECKMAN, Björn; ADEOTI, Gbemisola. *Intellectual and African development*: Pretension and Resistance in African Politics. Dakar: CODESRIA, 2006.

BARBOSA, Muryatan Santana. *A África por ela Mesma:* a perspectiva africana na História Geral da África. São Paulo: USP, 2012.

BENTLEY, Michael. *Modern Historiography*: An Introduction. New York: Routledge, 2005.

CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: FUNAG, 2012.

DERRIDA, Jacques. *Of Grammatology*. Tradução de Gayatri Chakravorty Spivak. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1976.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*: além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUNN, Kevin C. *Introduction:* Africa and International Relations Theory. In: DUNN, Kevin C; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Africa's Challenge to International Relations Theory.* New York, Palgrave Macmillan, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____, Michel. *A História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____, Michel. *A História da Sexualidade I:* A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____, Michel. *As Palavras e as Coisas*: uma Arqueologia das Ciências Humanas. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____, Michel. *Ordem do Discurso.* 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____, Michel. *Vigiar e Punir:* Nascimento da Prisão. 20ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

FURAY, Conal; SALEVOURIS, Michael J. *The Methods and Skills of History*: A Practical Guide. Wheeling, IL: Harlan Davidson Incorporated, 1988.

GIANNATTASIO, Gabriel; IVANO, Rogerio. *Epistemologias da História*: verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade. Londrina: Eduel, 2011.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *A Tradição Viva.* In: KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África:* Metodologia e Pré-história da África. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010.

HESSEN, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. 7ª ed. Coimbra: Editora Arménio Amado, 1980.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 7ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

KASANDA, Albert. *Democracia, gobernabilidad y construcción de un Estado de derecho en África subsahariana*. In: KABUNDA, Mbuyi. *África subsahariana en el nuevo milenio*. Madrid: Pirámide, 2002.

KI-ZERBO, Joseph. *Introdução Geral.* In: KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África:* Metodologia e Pré-história da África. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010.

LATOUCHE, Serge. *Pode a África Contribuir para Resolver a Crise do Ocidente?* Tradução: Acácio Sidinei Almeida Santos. Barcelona: IV Congresso Internacional de Estudos Africanos, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. In: Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LOPES, Carlos. *A pirâmide Invertida: historiografia Africana feita por africanos*. In: MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber:* A Trajetória da Arqueologia de Foucault. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Actos do colóquio: Construção e Ensino de História da África. Lisboa. Linopazas, 1995.

MBEMBE, Joseph-Achille. *African Modes of Self-Writing.* Traduzido por: Steven Randall. In: Public Culture 14 (1). North Carolina: Duke University Press, 2002.

MENESES, Maria Paula G. *O 'Indígena' Africano e o Colono 'Europeu':* A Construção da Diferença por Processos Legais. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Nietzsche*: Untimely Meditations. 2ª ed. Kentucky: Daniel Breazeale, 1997.

PARRY, Richard D. *Episteme and Techne*. California: The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2014.

REVEL, Judith. *Michel Foucault:* Conceitos Essenciais. Tradução: Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovanesi. São Carlos: Claraluz, 2005.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SMITH, Karen. *Has Africa got Anything to Say? African Contribution to the Theoretical Development of International Relations:* a Preliminary Investigation. South Africa: BISA Africa, 2008.

United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO). *Meeting of Experts for the Draft and Publication of a General History of Africa.* Addis Ababa, 2012. Disponível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001269/126966eb.pdf >. Acesso em: 27 jun. 2015.

ZEGEYE, Abebe; VAMBE, Maurice. *Knowledge Production and Publishing in Africa.* Oxford: Taylor & Francis Group, 2006.

Recebido em 20 de agosto de 2015.
Aprovado em 05 de maio de 2016.